

BRDE

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL



**Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2019 e de 2018**



Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar –Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Building a better
working world

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Controladores e aos Diretores do

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".



Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de agosto de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

	Nota	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		5.684.630	5.413.017
Disponibilidades	4	114	37
Títulos e valores mobiliários	5	3.123.913	2.889.185
Operações de crédito	6	2.353.175	2.283.876
Operações de crédito		2.428.995	2.428.704
Provisão para operações de crédito		(75.820)	(144.828)
Outros créditos		151.084	194.991
Créditos por avais e fianças honrados		-	50.051
Rendas a receber		4.843	3.529
Diversos	7	146.246	191.463
Provisão para outros créditos		(5)	(50.052)
Outros valores e bens	8	56.344	44.928
Outros valores e bens		63.888	52.472
Provisão para desvalorização		(7.544)	(7.544)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.158.105	11.506.685
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11.103.164	11.479.559
Títulos e valores mobiliários	5	16.236	11.209
Carteira própria		5.354	714
Vinculados à prestação de garantias		10.882	10.495
Operações de crédito	6	10.704.474	10.996.372
Operações de crédito		10.948.218	11.391.129
Provisão para operações de crédito		(243.744)	(394.757)
Outros créditos		382.454	470.862
Créditos específicos		-	99.460
Diversos	7	382.465	371.404
Provisão para outros créditos		(11)	(2)
Outros valores e bens	8	-	1.116
Investimentos temporários		311	2.216
Provisão para perdas de investimentos temporários		(311)	(1.100)
PERMANENTE	9	54.941	27.126
Investimentos - outros		573	1.666
Imobilizado de uso		39.423	18.940
Imóveis de uso		44.145	21.824
Outras imobilizações de uso		22.025	21.494
Depreciação acumulada		(26.747)	(24.378)
Imobilizado de arrendamento			
Bens arrendados		1.449	1.449
Depreciação acumulada		(1.449)	(1.449)
Intangível		14.945	6.520
Ativos intangíveis		32.564	19.715
Amortização acumulada		(17.619)	(13.195)
TOTAL DO ATIVO		16.842.735	16.919.702

(continua)

	Nota	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE		3.129.300	2.874.778
Obrigações por repasses no país - instit. Oficiais	10	2.602.376	2.393.138
Tesouro Nacional		261	7.493
Banco do Brasil		30.025	26.572
BNDES		2.032.460	1.835.894
CEF		6.653	2.475
FINAME		471.337	489.162
FINEP		41.222	31.542
MTur - FUNGETUR		19.418	-
Mapa - FUNCAFÉ		1.000	-
Obrigações por repasses do exterior	10	19	-
Repasses ao exterior		19	-
Outras obrigações		526.905	481.640
Fiscais e previdenciárias	11	62.996	38.854
Fundos financeiros e de desenvolvimento		415.327	396.241
Diversas	12	48.582	46.545
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		10.921.625	11.461.400
Obrigações por repasses no país - instit. Oficiais	10	10.470.053	11.100.349
Tesouro Nacional		225	562
Banco do Brasil		170.737	175.357
BNDES		8.625.064	9.042.617
CEF		83.637	69.831
FINAME		1.345.853	1.642.140
FINEP		226.042	169.842
MTur - FUNGETUR		17.495	-
Mapa - FUNCAFÉ		1.000	-
Obrigações por repasses do exterior	10	59.608	-
Repasses ao exterior		59.608	-
Outras obrigações		391.964	361.051
Fiscais e previdenciárias	11	59.946	58.239
Diversas	12	332.018	302.812
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		6.279	6.853
Resultados de exercícios futuros		6.279	6.853
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.785.531	2.576.671
Capital social	14	1.270.593	1.104.642
Reserva de capital		1.600.651	1.544.239
Ajustes de avaliação patrimonial	-	85.713	72.210
TOTAL DO PASSIVO		16.842.735	16.919.702

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		653.267	711.945
Operações de crédito	16	545.800	614.893
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		107.467	97.052
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(350.521)	(496.098)
Operações de empréstimos e repasses		(324.392)	(345.878)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(26.129)	(150.220)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		302.746	215.847
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(118.527)	(87.610)
Receitas de prestação de serviços	17	15.251	15.595
Despesas de pessoal	18	(87.453)	(82.360)
Outras despesas administrativas	19	(22.715)	(21.709)
Despesas tributárias		(16.239)	(16.040)
Outras receitas operacionais	20	26.358	54.682
Outras despesas operacionais	21	(33.729)	(37.778)
RESULTADO OPERACIONAL		184.219	128.237
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		4.020	(38)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		188.239	128.199
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(78.657)	(62.460)
Provisão para imposto de renda		(31.874)	(23.983)
Provisão para contribuição social		(20.145)	(16.648)
Ativo fiscal diferido		(26.638)	(21.829)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		<u>109.582</u>	<u>65.739</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Incentivos fiscais</u>	<u>Reserva de capital Fundo regimental</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018	1.013.907	709	1.568.526	(72.396)		2.510.746
Ajustes de avaliação patrim - TVM				(48)		(48)
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais				234		234
Aumento de capital	90.735		(90.735)			
Lucro líquido do semestre					65.739	65.739
Constituição de reservas			65.739		(65.739)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	<u>1.104.642</u>	<u>709</u>	<u>1.543.530</u>	<u>(72.210)</u>		<u>2.576.671</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019	1.174.413	709	1.586.540	(85.334)		2.676.328
Ajustes de avaliação patrim - TVM				189		189
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais				(568)		(568)
Aumento de capital	96.180		(96.180)			-
Lucro líquido do semestre					109.582	109.582
Constituição de reservas			109.582		(109.582)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	<u>1.270.593</u>	<u>709</u>	<u>1.599.942</u>	<u>(85.713)</u>		<u>2.785.531</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido ajustado	168.468	198.681
Lucro líquido do semestre	109.582	65.739
Depreciação e amortização	3.841	2.825
(Ganhos)/Perdas de capital	(4)	5
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.129	150.220
Provisão para garantias financeiras prestadas	(2.715)	(6.472)
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis	2.286	4.333
Provisão ISBRE/Benefícios pós-emprego, líquido de reversões	2.711	6.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.638	(24.499)
Varição de Ativos e Obrigações	(215.491)	(291.399)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	247.265	7.927
(Aumento)/Redução em operações de crédito	42.624	36.883
(Aumento)/Redução em outros créditos	11.335	24.618
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	7.815	(2.108)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(176.523)	(221.199)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(252.275)	(33.777)
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	(901)	173
Aumento/(Redução) em ajustes de avaliação patrimonial	(379)	185
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(94.452)	(104.101)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(47.023)	(92.718)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de imobilizado	146	-
Alienação de investimentos	1.100	-
Aquisição de imobilizado	(559)	(257)
Aplicação no intangível	(10.762)	(699)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(10.075)	(956)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(57.098)	(93.674)
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Semestre	768.840	775.347
Disponibilidades	37	2
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa	768.803	775.345
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Semestre	711.742	681.673
Disponibilidades	114	37
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa	711.628	681.636

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

	2019	2018
RECEITAS	672.705	608.006
Intermediação financeira	653.267	711.945
Prestação de serviços	15.251	15.595
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.129)	(150.220)
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.715	6.472
Outras	27.601	24.214
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	324.392	345.878
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	51.858	31.807
Materiais, energia e outros	48.068	27.802
Serviços de terceiros	3.790	4.005
VALOR ADICIONADO BRUTO	296.455	230.321
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	3.841	2.825
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	292.614	227.496
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	292.614	227.496
Pessoal	75.292	71.113
Remuneração direta	57.153	54.040
Benefícios	14.082	13.628
FGTS	4.057	3.445
Impostos, taxas e contribuições	107.057	89.746
Federais	106.002	88.505
Estaduais	37	30
Municipais	1.018	1.211
Remuneração de capitais de terceiros	683	898
Alugueis	683	898
Remuneração de capitais próprios	109.582	65.739
Lucros retidos do semestre	109.582	65.739

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras:

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma instituição financeira pública constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e se constitui em instrumento dos governos desses Estados para o fomento às atividades produtivas da Região Sul, de acordo com o Decreto Federal n.º 51.617, de 5 de dezembro de 1962. Sua ação é efetuada através da canalização de recursos de médio e de longo prazo para atender às necessidades de financiamento dos investimentos produtivos que se realizam na região.

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - BACEN e da Lei das Sociedades por Ações. A aplicação dessas práticas requer que a instituição use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente; provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; provisão para demandas trabalhistas, fiscais, previdenciárias e cíveis; valorização de instrumentos financeiros; e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada na data de 27 de agosto de 2019.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- (i) títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- (ii) títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do semestre, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- (iii) títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do semestre.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando for aplicável, os rendimentos, as variações monetárias "pro rata die" incorridas e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(d) Carteira de crédito e outros créditos

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme Nota 10, além de outras instituições financeiras, órgãos governamentais e recursos próprios do BRDE. Os encargos e as variações monetárias são apropriados em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes receitas a apropriar, conforme determinam as normas do BACEN, dentre elas a Resolução n.º 2.682/99. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Quando inadimplente, o mutuário tem uma piora gradativa no seu nível de risco, atingindo após seis meses o "rating H". Para as operações que possuam saldo vincendo superior a 36 meses, esse prazo é contado em dobro, conforme prevê a Resolução n.º 2.682/99. As operações de crédito, quando classificadas no "rating H", permanecem na carteira ativa até completarem seis meses, sendo então transferidas para compensação, conforme previsto também na Resolução n.º 2.682/99.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas no mesmo nível que estavam antes de renegociação, enquanto que, as que já tinham sido transferidas para compensação, são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a diminuição do risco.

(e) Provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

Como resultado, em 30 de junho, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito é superior ao mínimo exigido pela Resolução n.º 2.682/99 (Nota 6.4) e considerado suficiente para eventuais perdas. A movimentação da provisão para carteira de créditos é apresentada na Nota 6.6.

(f) Ativo permanente

- **Imobilizado de uso:** demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	<u>Taxas</u>
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e veículos	20% a.a.

Esses ativos são revistos anualmente para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

- **Intangível:** corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando for aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(h) Impostos e contribuições

A provisão para constituição do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável, é de 25% (alíquota-base de 15%, mais adicional de 10%) e 15%, respectivamente. Para o programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS as alíquotas vigentes, e utilizadas para cálculo, são 0,65% e 4%, respectivamente.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas mesmas alíquotas utilizadas para cálculo da provisão, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN n.º 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na Nota 15.1, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em junho de 2019.

(i) Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental

ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

(j) Provisões atuariais

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (Nota 22). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

(k) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem, na composição da demonstração de fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações em Fundos de Investimento que, em sua carteira, possuem prazo de resgate de até 90 dias a contar da data de aquisição do respectivo título (operações compromissadas) nos termos da Resolução CMN n.º 3.604/08. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do semestre, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota 4).

(l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

· Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	114	37
Cotas de fundos de investimento - recursos próprios	711.628	681.636

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são todos classificados como disponível para venda e não possuem vencimento, tendo a seguinte composição:

Total de títulos e valores mobiliários	2019	2018
Cotas de fundos de investimento - fundo exclusivo (i)	2.528.748	2.522.579
Cotas de fundos de investimento - outros fundos	258.942	644
Cotas de fundos de investimento - recursos FSA	347.105	376.457
Cotas de fundos em participações (ii)	4.158	-
Ações de companhias abertas (iii)	1.196	714
Total	3.140.149	2.900.394
Circulante	3.123.913	2.889.185
Não Circulante	16.236	11.209

(i) Representam Cotas de Fundo Exclusivo de Investimento Renda Fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, no quais a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 85% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 15% restantes. Deste montante, R\$ 10.882 (2018 – R\$ 10.495) está caucionado a processos judiciais. O fundo é composto pelos seguintes tipos de títulos, avaliados a valor de mercado:

Títulos	2019	2018
Letra Financeira do Tesouro	884.555	687.839
Nota do Tesouro Nacional-B	405.326	386.461
Letras Financeiras Ligadas	109.691	103.045
Letras Financeiras Não Ligadas	397.930	555.750
Operação Compromissada	711.628	681.636
Outros Títulos	19.618	107.848
Total do Fundo	2.528.748	2.522.579
Cotas em garantia	(10.882)	(10.495)
Total do Fundo - Disponível	2.517.866	2.512.084

(ii) Representam fundos de investimentos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo as cotas dos fundos atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentando, em 30 de junho de 2019 a seguinte situação:

Fundo de Participação	Capital (Cotas)		Saldo Contábil
	Subscrito	Integralizado	Atualizado
Fundo Garantido de Investimentos - FGI	1.100	1.100	1.781
Fundo Criatec III	12.000	3.524	2.377

(iii) Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A desvalorização de R\$ (4.872) (2018 – R\$ (5.354)) entre o valor de custo e o de mercado foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ (2.923) (2018 – R\$ (3.212)) , após o registro de R\$ (1.949) (2018 – R\$ (2.142)) em "Obrigações Tributárias Diferidas", conforme demonstrado na Nota 15.1.

6. CARTEIRA DE CRÉDITOS

A carteira de crédito é composta por: operações de crédito (empréstimos e financiamentos), avais e fianças honrados e devedores por compra de valores e bens.

6.1 Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	271.841	394.980
Financiamentos	4.592.614	4.935.476
Setor Público	287.971	294.849
Setor Pivado	4.304.643	4.640.627
Financiamentos a exportação	-	9.977
Financiamentos agroindustriais	379.490	144.279
Financiamentos rurais	8.133.268	8.335.121
Investimento Agricultura	5.516.231	5.630.375
Investimento Pecuária	2.617.036	2.704.746
Total de operações de crédito	13.377.213	13.819.833
Outros créditos	31.731	75.298
Avais e fianças honrados	-	50.051
Devedores por compra de valores e bens (nota 7)	31.731	25.247
Total da carteira de crédito	13.408.944	13.895.131
Provisão para carteira de crédito	(319.580)	(589.639)
Operações de crédito	(319.564)	(539.585)
Outros créditos	(16)	(50.054)
Total da carteira líquida de créditos	13.089.364	13.305.492
Circulante	2.358.688	2.287.488
Não circulante	10.730.675	11.018.004

6.2 Concentração da carteira de crédito

Risco	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Maior cliente	251.247	1,87%	277.853	2,00%
10 seguintes maiores clientes	1.747.778	13,03%	1.914.455	13,78%
20 seguintes maiores clientes	1.692.695	12,62%	1.661.957	11,96%
50 seguintes maiores clientes	1.748.703	13,04%	1.734.755	12,48%
100 seguintes maiores clientes	1.731.771	12,92%	1.769.984	12,74%
Demais clientes	6.236.750	46,52%	6.536.127	47,04%
Total da Carteira	13.408.944	100,00%	13.895.131	100,00%

6.3 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade

	2019	2018
Setor Público	287.971	294.849
Administração pública	156.644	149.599
Indústria	131.327	145.250
Setor Privado	13.120.973	13.600.282
Agropecuária	4.280.587	4.630.811
Indústria	3.349.290	3.224.467
Infraestrutura	2.630.276	2.911.856
Comércio	2.030.790	1.981.972
Serviços	830.030	851.176
Total operações de crédito	13.408.944	13.895.131

6.4 Composição da carteira de créditos e correspondente provisão para perdas

Nível de Risco	2019				2018			
	Carteira	Provisão			Carteira	Provisão		
		Res. BACEN	Adicional	Total		Res. BACEN	Adicional	Total
AA	6.497.279	-	-	-	6.417.854	-	-	-
A	5.145.391	25.727	-	25.727	5.693.423	28.467	-	28.467
B	881.558	8.815	-	8.815	696.006	6.960	-	6.960
C	338.249	10.147	-	10.147	300.471	9.014	-	9.014
D	295.430	29.543	14.771	44.314	208.150	20.815	10.407	31.222
E	16.323	4.897	1.632	6.529	88.072	26.422	8.807	35.229
F	20.869	10.434	3.130	13.564	26.279	13.140	3.942	17.082
G	57.450	39.855	14.234	54.089	64.227	44.959	16.057	61.016
H	156.395	156.395	-	156.395	400.649	400.649	-	400.649
Totais	13.408.944	285.813	33.767	319.580	13.895.131	550.426	39.213	589.639

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução BACEN nº 2682/99 e foi constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

6.5 Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal - sem atraso											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2019	2018
Parcelas Vincendas	6.475.609	5.127.715	837.550	277.041	230.888	7.086	9.634	40.733	110.826	13.117.082	13.066.034
01 a 30 dias	269.168	147.974	25.825	10.726	3.135	538	773	144	2.319	460.602	412.445
31 a 60 dias	76.952	53.647	8.329	3.666	2.137	162	50	35	539	145.517	148.308
61 a 90 dias	64.511	52.164	6.662	4.046	1.956	164	140	35	10.025	139.703	141.749
91 a 180 dias	249.647	198.537	21.753	13.508	34.576	394	257	492	1.647	520.811	537.202
181 a 360 dias	743.006	415.117	47.233	32.547	14.270	1.035	924	672	4.954	1.259.758	972.956
acima de 360 dias	5.072.325	4.260.276	727.748	212.548	174.814	4.793	7.490	39.355	91.342	10.590.691	10.853.374
Operações em curso anormal - com atraso superior a 14 dias											
Parcelas Vincendas	19.484	16.673	38.706	54.068	56.216	8.133	9.307	14.421	30.618	247.626	669.495
01 a 30 dias	60	101	487	864	16.369	129	446	485	1.089	20.030	8.710
31 a 60 dias	48	83	437	751	692	123	142	229	384	2.889	7.455
61 a 90 dias	52	83	436	774	692	123	142	198	366	2.866	7.544
91 a 180 dias	540	1.015	2.569	2.853	2.198	685	598	532	1.985	12.975	25.674
181 a 360 dias	2.222	1.482	6.883	8.188	5.766	871	1.263	1.500	4.570	32.745	60.717
acima de 360 dias	16.562	13.909	27.894	40.638	30.499	6.202	6.716	11.477	22.224	176.121	559.395
Parcelas Vencidas	2.186	1.003	5.302	7.140	8.326	1.104	1.928	2.296	14.951	44.236	159.603
Subtotal - curso anormal	21.670	17.676	44.008	61.208	64.542	9.237	11.235	16.717	45.569	291.862	829.098
Total da Carteira - 2019	6.497.279	5.145.391	881.558	338.249	295.430	16.323	20.869	57.450	156.395	13.408.944	
Total da Carteira - 2018	6.417.854	5.693.423	696.006	300.471	208.150	88.072	26.279	64.227	400.649		13.895.131

6.6 Movimentação da provisão da carteira de crédito

	2019	2018
Saldo inicial	432.361	525.870
Constituição	62.748	190.103
Reversão	(36.619)	(39.561)
Transferências para compensação	(138.910)	(86.773)
Saldo final	319.580	589.639

6.7 Garantias financeiras prestadas

O BRDE possui, no final do semestre, carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade de carta de fiança no montante de R\$ 253.282. Desse total, R\$ 248.890 estão assegurados por garantias reais (hipotecas, alienação fiduciária de equipamentos e penhor de ações, entre outros), e os R\$ 4.392 restantes não possuem garantias reais vinculadas diretamente ao contrato de fiança, mas contam com cláusula de sub-rogação nas garantias constituídas no contrato afiançado.

Nos termos previstos na Resolução BACEN n.º 2.682/99, aliado aos conceitos introduzidos pela Resolução BACEN n.º 4.512/16, é feito o cálculo da estimativa (provisão) de perda. Tal provisionamento encontra-se registrado em "Outras Obrigações - Diversas" (Nota 12).

Nível de Risco	Carteira	2019			2018			
		Res. BACEN	Adicional	Total	Carteira	Res. BACEN	Adicional	Total
AA ⁽¹⁾	28.893	-	-	-	36.611	-	-	-
A ⁽¹⁾	161.138	805	-	805	86.200	431	-	431
B ⁽¹⁾	9.771	98	-	98	79.537	796	-	796
C ⁽¹⁾	9.803	294	-	294	5.050	151	-	151
D ⁽¹⁾	17.069	1.707	853	2.560	20.420	2.042	1.021	3.063
D ⁽²⁾	4.392	439	220	659	5.027	503	251	754
E	-	-	-	-	-	-	-	-
F ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
G	-	-	-	-	-	-	-	-
H ⁽¹⁾	22.216	22.216	-	22.216	29.123	29.123	-	29.123
Totais	253.282	25.559	1.073	26.632	261.968	33.046	1.272	34.318

(1) com garantia real

(2) com garantia por sub-rogação

7. OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.1)	371.003	412.436
Devedores por depósitos em garantia	110.068	111.313
Devedores por compra de valores e bens (Nota 6.1)	31.731	25.247
Pagamentos a ressarcir	8.671	7.157
Adiantamentos e antecipações salariais	2.954	2.803
Pendências a regularizar	3.759	3.449
Outras	525	462
Total	528.711	562.867
Ativo circulante	146.246	191.463
Ativo realizável a longo prazo	382.465	371.404

8. OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Investimentos Temporários	-	1.116
Participações societárias	311	2.216
Provisão para perdas em participações societárias	(311)	(1.100)
Outros Valores e Bens	56.202	44.928
Bens não de uso próprio	63.746	52.472
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(7.544)	(7.544)
Despesas Antecipadas	142	-
Total	56.344	46.044
Ativo circulante	56.344	44.928
Ativo realizável a longo prazo	-	1.116

9. ATIVO PERMANENTE

9.1 Imobilizado de uso

	2019			2018
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	-	-	131
Terrenos	25.070	-	25.070	2.936
Edificações	19.075	(8.940)	10.135	10.498
Instalações	2.282	(1.910)	372	563
Móveis e equipamentos de uso	6.845	(5.344)	1.501	1.560
Sistema de processamento de dados	9.620	(8.304)	1.316	2.041
Outros	3.278	(2.249)	1.029	1.211
Total - 2019	66.170	(26.747)	39.423	
Total - 2018	43.318	(24.378)		18.940

9.2 Intangível

	2019			2018
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Ativos Intangíveis - 2019	32.564	(17.619)	14.945	
Ativos Intangíveis - 2018	19.715	(13.195)		6.520

10. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos até o ano 2042, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

Vencimento:	2019					2018
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais 5 anos	Total	Total
Repasses do País	881.974	1.720.403	6.892.490	3.577.562	13.072.429	13.493.487
Tesouro Nacional	51	210	182	43	486	8.055
BB	13.415	16.611	112.496	58.240	200.762	201.929
BNDES	694.193	1.338.267	5.397.504	3.227.560	10.657.524	10.878.511
FINAME	143.665	327.672	1.163.529	182.324	1.817.190	72.306
CEF	1.725	4.928	30.093	53.544	90.290	2.131.302
FINEP	9.839	31.383	181.664	44.378	267.264	201.384
Mtur - FUNGETUR	19.086	332	6.022	11.473	36.913	-
Mapa - FUNCAFÉ	-	1.000	1.000	-	2.000	-
Repasses do Exterior	19	0	19.433	40.175	59.627	0
AFD	19	-	19.433	40.175	59.627	-
Total - 2019	881.993	1.720.403	6.911.923	3.617.737	13.132.056	
Total - 2018	883.748	1.509.691	7.313.980	3.786.368		13.493.487

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2019	2018
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 15.1)	80.602	66.743
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Recolher	35.689	22.939
Impostos e contribuições a recolher	6.651	7.411
Total	122.942	97.093
Passivo circulante	62.996	38.854
Passivo exigível a longo prazo	59.946	58.239

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	2019	2018
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis (Nota 13)	111.423	108.010
Provisão para férias, 13º salário, licença-prêmio e encargos sociais	23.272	22.678
Provisão pra garantias financeiras prestadas (Nota 6.7)	26.632	34.318
Valores de mutuários a regularizar (a)	7.776	11.971
Pagamentos a processar	3.107	1.648
Salários e benefícios a pagar	7.890	4.731
Pendências a regularizar	1.482	1.376
Provisão para assistência médica e PB II - inativos (Nota 22)	170.484	144.620
Obrigações por aquisição de bens e direitos (Nota 23)	10.584	10.700
Outras	17.950	9.305
Total	380.600	349.357
Passivo circulante	48.582	46.545
Passivo exigível a longo prazo	332.018	302.812

(a) Referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

13. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	2018	Constituição	Atualização	Baixa por:		2019
				Reversão	Pagamento	
Previdenciárias (i)	14.361	-	94	-	-	14.455
Trabalhistas (ii)	32.925	17.819	954	(18.015)	(618)	33.065
Cíveis (iii)	62.469	-	1.434	-	-	63.903
Total	109.755	17.819	2.482	(18.015)	(618)	111.423

(i) Refere-se a contribuições previdenciárias sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo.

(ii) O Banco possuía, em 30 de junho, provisão para ações trabalhistas no valor de R\$ 33.065 (2018 – R\$ 32.679). Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 130.369 (2018 - R\$ 65.283), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE. Tais ações não se encontram provisionadas conforme Nota 3 (i).

(iii) As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 60.110 referem-se a honorários de sucumbência. Sobre este valor, o BRDE efetuou depósito judicial de mesmo montante; e
- b. R\$ 3.793 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização. Também esse processo está suportado por depósito judicial de mesmo montante.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor, em 30 de junho de 2019, é de R\$ 24.066 (2018 – R\$ 22.362)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

O BRDE, em atendimento à Resolução n.º 3.605/08 do Conselho Monetário Nacional destinou, no semestre findo em 30 de junho, os lucros acumulados do semestre corrente para a formação de uma Reserva de Capital - Fundo Regimental.

O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social. A incorporação deste fundo ao capital depende da capacidade dos Estados participarem proporcionalmente com os recursos retidos no Fundo, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

Nos anos de 2018 e 2019, o BRDE procedeu as seguintes capitalizações:

Aumento do Capital Social	Valor
Capital Social - 31/12/2017	1.013.907
Capitalização 1º semestre 2018	90.735
Capitalização 2º semestre 2018	69.771
Capital Social - 31/12/2018	1.174.413
Capitalização 1º semestre 2019	96.180
Capital Social - 30/06/2019	1.270.593

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do período:

	2019	2018
Resultado do semestre, antes da tributação.	188.239	128.199
Provisão para IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(75.296)	(57.690)
Adições e exclusões		
Provisão para passivos contingentes	(667)	7.263
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.086	2.913
Provisão para operações de crédito	23.050	(9.450)
Créditos baixados como prejuízo	(21.599)	36.598
Provisão para outros créditos	22.062	(19.246)
Provisão para participação nos lucros	(3.153)	(2.130)
Provisão para assistência médica	(1.085)	(1.386)
Atualização de depósitos judiciais	740	792
Renegociações tributadas por caixa (Lei 9.430, art.12) e RECOOP	3.223	(110)
Recuperações judiciais - deferimento	(1.104)	5.397
Outros, líquidos	(2.042)	(1.479)
Incentivos fiscais	673	567
IRPJ e CSLL correntes	(54.112)	(37.961)
IRPJ e CSLL diferidos ativos	(26.638)	(21.828)
IRPJ e CSLL diferidos passivos	2.093	(2.671)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(78.657)	(62.460)
Lucro Líquido do Semestre	109.582	65.739

15.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O BRDE constitui crédito tributário sobre as adições temporárias que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas e quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Também é constituída obrigação tributária diferida sobre exclusões temporárias, contabilizada em "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". A movimentação, no 1º semestre de 2019, destes créditos e obrigações é apresentada a seguir:

Créditos tributários diferidos	2018	Constituição	Reversão	2019
Provisão para contingências	43.902	11.096	(10.429)	44.569
Provisão para garantias prestadas	11.470	1.252	(2.286)	10.436
Provisão para perdas com operações de crédito	131.906	35.571	(64.354)	103.123
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	151.684	125.189	(103.815)	173.058
Provisão para assistência médica e PB II - inativos	31.617	1.486	(1.941)	31.162
Licença prêmio em aquisição	382	192	(259)	315
Participação nos lucros e resultados	-	3.156	-	3.156
Ajuste ao valor de mercado de TVM	2.075	117	(243)	1.949
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Provisão para perdas com outros créditos	22.069	1.256	(23.320)	5
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.924	-	-	2.924
Total	398.335	179.315	(206.647)	371.003

As obrigações tributárias são realizadas conforme o efetivo recebimento das parcelas renegociadas com mutuários optantes pelo REFIS e pelo RECOOP, nos moldes da Lei n.º 9.964/00, ou quando do recebimento dos créditos recuperados que se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 12 da Lei n.º 9.430/96. São realizadas também quando da efetivação da receita de atualização de depósito judicial pela solução da lide em questão e, ainda, quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Obrigações tributárias diferidas	2018	Constituição	Reversão	2019
Renegociações REFIS/RECOOP	1.647	-	(1.647)	-
Atualização de depósitos judiciais	22.850	740	-	23.590
Renegociações tributadas por caixa - Lei nº 9.430/96	29.414	3.591	(3.719)	29.286
Recuperação judicial - deferimento	28.784	3.274	(4.332)	27.726
Total	82.695	7.605	(9.698)	80.602

A movimentação líquida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, ocorrida no semestre, foi de R\$ (17.083) e R\$ (10.250), respectivamente (2018 - R\$ (15.708) e R\$ (7.578)). O reflexo dessa movimentação foi contabilizado no resultado do semestre e, nos casos de ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários ou de ganhos e perdas sobre provisões atuariais, na respectiva conta do patrimônio líquido.

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 30 de junho de 2019, montam R\$ 62.231 (2018 - R\$ 55.582).

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais:

	Créditos Tributários	Obrigações Tributárias
2019	70.492	3.626
2020	109.531	35.117
2021	35.285	24.500
2022	86.221	2.541
2023	21.486	2.116
2024 a 2028	47.988	8.833
2029 em diante	62.231	3.869
Total	433.234	80.602

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 377.596 (2018 - R\$ 372.857) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 70.648 (2018 - R\$ 59.856).

16. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2019	2018
Rendas de Empréstimos	22.133	25.672
Rendas de Financiamentos	218.984	236.780
Rendas de Financiamentos a Exportação	-	2.636
Rendas de Financiamentos Rurais	251.342	262.643
Rendas de Financiamentos Agroindustriais	16.763	6.099
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	36.578	79.283
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	1.780
Total	545.800	614.893

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2019	2018
Tarifa de Análise	4.128	5.208
Tarifa de Cadastro	809	799
Tarifa de Fiscalização e Acompanhamento	5.250	3.947
Tarifa p/ Elaboração de Parecer, Laudo ou Estudo Técnico	707	152
Tarifa de Estruturação de Garantias	169	243
Rendas de Garantias Prestadas	3.909	4.766
Outras tarifas	279	480
Total	15.251	15.595

18. DESPESAS COM PESSOAL

	2019	2018
Remuneração	54.178	51.008
Encargos Sociais	22.726	20.878
Benefícios	7.417	7.324
Honorários	1.903	2.073
Outros	1.229	1.077
Total	87.453	82.360

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Aluguéis	684	898
Comunicações	745	751
Manutenção e Conservação de Bens	1.816	1.812
Processamento de Dados	2.463	1.658
Promoções e Relações Públicas	422	879
Publicidade e Propaganda	826	791
Serviços do Sistema Financeiro	580	1.208
Serviços de Terceiros	1.206	1.208
Serviços Técnicos Especializados	1.488	1.787
Transportes	833	1.003
Viagem	1.436	1.710
Depreciação e Amortização	3.841	2.825
Despesas Estatutárias	2.477	2.428
Outras	3.898	2.751
Total	22.715	21.709

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	3.428	31.553
Reversão da provisão de processos trabalhistas (i)	18.015	1.961
Atualização de depósitos judiciais	1.850	1.760
Remuneração Administração FSA	2.228	3.827
Correção monetária valores ativos	14	5.244
Outras	823	10.337
Total	26.358	54.682

(i) No decorrer do semestre findo, a instituição revisou, com o apoio de escritórios de advocacia terceirizados, o nível de risco do seu contencioso trabalhista, vindo a proceder, no âmbito das normas

contábeis em vigor, a reversão da provisão de processos trabalhistas na soma de R\$ 18.015 (2018 – R\$ 1.961)

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Despesa com provisões cíveis	1.434	1.409
Despesa com provisões trabalhistas (i)	18.773	1.495
Despesa com provisões fiscais e tributárias	94	152
Despesa com provisão sobre garantias prestadas	713	25.520
Atualização de passivos contingentes	7.565	6.530
Atualização do saldo devedor - aquisição de imóvel	581	463
Outras	4.569	2.209
Total	33.729	37.778

(i) No decorrer do semestre findo, a instituição revisou, com o apoio de escritórios de advocacia terceirizados, o nível de risco do seu contencioso trabalhista, vindo a proceder, no âmbito das normas contábeis em vigor, a constituição de provisões trabalhistas, na forma de despesas, que compõe a soma de R\$ 18.773.

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em conformidade com a Deliberação n.º 695 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o BRDE realizou, em dezembro de 2018, através de consultoria especializada, os cálculos atuariais cujos resultados são apresentados a seguir.

22.1 Plano de aposentadoria complementar em entidade fechada

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar criada com o objetivo de oferecer, aos seus participantes, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O ISBRE, por sua vez, é gestor de dois Planos Previdenciários:

- Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, ao qual está vedado o ingresso de novos participantes, e cujo método de financiamento para determinação do custo e das contribuições é o Prêmio Nivelado Individual (regime de capitalização), avaliado por atuário independente. O perfil do plano é o seguinte:

PB I	Participantes	Idade média (anos)
Ativos	68	60,16
Assistidos	394	70,49
Pensionistas	89	72,30

- Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são

determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes. O perfil do plano é o seguinte:

PB II	Participantes	Idade média (anos)
Ativos	345	43,10
Assistidos	2	57,00
Pensionistas	15	26,80

22.1.1 – Premissas adotadas

Para os cálculos atuariais foram utilizadas as seguintes premissas:

	2018		2017	
	PB I	PB II	PB I	PB II
Taxa de desconto atuarial	4,82%	4,97%	5,29%	5,45%
Retorno real esperado sobre os ativos	4,82%	4,97%	5,29%	5,45%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,206%		4,206%	
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%		0,00%	
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,20%	100,00%	98,20%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,20%	100,00%	98,20%	100,00%
Inflação esperada	4,01%	4,01%	3,96%	3,96%
Taxa de desconto nominal	9,02%	9,18%	9,46%	9,63%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,02%	9,18%	9,46%	9,63%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,38%		8,33%	
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,01%		3,96%	
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo		AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo	
Mortalidade de inválidos	MI 85, segregada por sexo		MI 85, segregada por sexo	
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Taxa anual de rotatividade	Nula		Nula	
Composição familiar	Família média. Pensionistas no PB I e aposentados e pensionistas no PB II, família efetiva conforme cadastro		Família média. Pensionistas no PB I e aposentados e pensionistas no PB II, família efetiva conforme cadastro	

22.1.2 – Patrimônio do Plano

Patrimônio - PB I	Valor Contabilizado	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Justo dos Ativos
Disponível	4	-	4
Realizável - Gestão Previdencial	3.246	-	3.246
Realizável - Gestão Administrativa	2.796	-	2.796
Ações	174	-	174
Fundos de Investimentos: renda fixa	911.691	36.366	948.057
Fundos de Investimentos: renda variável	27.322	-	27.322
Fundos de Investimentos: estruturados	30.681	-	30.681
Investimentos Imobiliários	15.854	-	15.854
Empréstimos e Financiamentos	5.932	-	5.932
Ativo Total	997.700	36.366	1.034.066

Patrimônio - PB II	Valor Contabilizado	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Justo dos Ativos
Disponível	2	-	2
Realizável - Gestão Previdencial	15	-	15
Realizável - Gestão Administrativa	1.680	-	1.680
Ações	14	-	14
Fundos de Investimentos: renda fixa	101.065	3.378	104.443
Fundos de Investimentos: renda variável	2.465	-	2.465
Fundos de Investimentos: estruturados	591	-	591
Investimentos Imobiliários	4.036	-	4.036
Empréstimos e Financiamentos	3.215	-	3.215
Ativo Total	113.083	3.378	116.461

22.1.3 – Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2018	2017	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais	835.644	788.325	15.298	11.259
Valor justo dos ativos do plano	(992.237)	(922.192)	(15.202)	(12.054)
Déficit/(Superávit) apurado	(156.593)	(133.867)	96	(795)
Efeito no teto do ativo	156.593	133.867		795
Passivos adicionais	-	-	-	-
Efeito do teto do ativo e passivos adicionais	156.593	133.867	-	795
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	-	-	96	-
Passivo/(ativo) já reconhecido	-	-	-	-
Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício	-	-	96	-

Conforme previsão contida no item 65 da Deliberação n.º 695 da CVM, o BRDE não registrou seu ativo atuarial apurado no PB I, pois não se enquadra nas situações previstas para reconhecimento de ativo atuarial apurado.

22.1.4 - Reconhecimento dos Custos do Plano no Período

	<u>PB I</u>	<u>PB II</u>
Resultado do Exercício		
Custo do serviço corrente	246	572
Custo do serviço passado		
a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano	-	-
b) (Ganhos)/perdas na liquidação (<i>settlement</i>)	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	71.620	1.056
Rendimento esperado dos ativos do plano	(84.610)	(1.191)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	12.663	76
Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-	-
Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício	<u>(81)</u>	<u>513</u>
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(34.932)	(1.483)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais		
a) Alteração da taxa de desconto em relação ao ano anterior	35.399	1.040
b) Experiência da população	(2.704)	1.939
c) Concessão de benefícios	-	213
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	10.063	(871)
Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-	-
(Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA	<u>7.826</u>	<u>838</u>
Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado		
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	26.224	1.224
(Ganhos)/perdas no período	7.826	838
Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA	<u>34.050</u>	<u>2.062</u>
Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido		
Passivo/(ativo) no fim do período anterior	-	-
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(81)	513
(Ganhos)/perdas reconhecidas em ORA	7.826	838
Contribuições do empregador	(7.745)	(1.255)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-
Passivo/(Ativo) no fim do período	<u>-</u>	<u>96</u>

22.1.5 – Demonstração das Mudanças nos Valores Divulgados

	<u>PB I</u>	<u>PB II</u>
Resultado do Exercício		
Valor justo dos ativos no fim do período anterior	(922.191)	(12.054)
Benefícios pagos no período utilizando os ativos do plano	58.302	780
Contribuições de participante realizadas no período	(1.060)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(7.745)	(1.255)
Rendimento esperado dos ativos:		
a) Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(87.235)	(1.160)
b) Rendimento sobre contribuições esperadas	(328)	(58)
c) Perda de rendimento com pagamento esperados de benefícios	2.952	28
(Ganhos)/perdas no valor justo dos ativos do plano	(34.933)	(1.483)
Valor justo dos ativos no fim do período	<u>(992.238)</u>	<u>(15.202)</u>
Obrigações Atuariais		
Obrigações atuariais no início do período	788.325	11.259
Custo do serviço corrente líquido	246	572
Custo do serviço passado	-	-
Contribuições de participante realizadas no período	1.060	-
Juros sobre obrigação atuarial:		
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial	74.572	1.084
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(2.952)	(28)
Benefícios pagos no período	(58.302)	(780)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	32.695	3.192
Obrigações atuariais no fim do período	<u>835.644</u>	<u>15.299</u>
Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo		
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período anterior	133.867	795
Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	12.663	76
(Ganhos)/perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	10.063	(871)
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	<u>156.593</u>	<u>-</u>

22.1.6 – Fluxo de Caixa

	<u>PB I</u>	<u>PB II</u>
Fluxo de caixa no período		
Contribuições do empregador	7.745	1.255
Contribuições do participante	1.060	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	58.302	780
Fluxo de caixa estimado para o período seguinte		
Contribuições do empregador	7.051	1.326
Contribuições do participante	60	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	64.760	747

22.1.7 – Análise de Sensibilidade

Conforme item 145 do CPC 33(R1), o BRDE deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil		Impacto %	
		PB I	PB II	PB I	PB II
Taxa de desconto	aumento de 0,5%	(37.569)	-1.081	(4,50%)	(7,06%)
	redução de 0,5%	40.776	1.218	4,88%	7,96%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	14.009	-151	1,68%	(0,99%)
	redução de 1 ano	(14.374)	167	(1,72%)	1,09%

22.2 - Contribuição paritária

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE deve contribuição ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No Plano de Benefícios I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No Plano de Benefícios II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

22.3 - Plano de assistência médica

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, a exemplo dos funcionários ativos, plano de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Foi efetuado, por Atuário Independente, também em dezembro de 2018, o cálculo das obrigações do BRDE relativo a esse benefício pós-emprego, nos critérios da Deliberação n.º 695 da CVM, o qual encontra-se registrado na rubrica "Outras Obrigações – Diversas", tendo o seguinte perfil:

PB I	Frequência de beneficiários	Idade média (anos)
Ativos	71	59
Aposentados	402	70
Pensionistas	91	71
Dependentes	406	57

22.3.1 – Premissas Adotadas

	2018	2017
Taxa de desconto atuarial	4,97%	5,37%
Retorno real esperado sobre os ativos	4,97%	5,37%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos		0,00%
HCCTR (real)	3,50%	3,50%
Fator de capacidade sobre os benefícios		100,00%
Fator de capacidade sobre os salários		100,00%
Inflação esperada	4,01%	3,96%
Taxa de desconto nominal	9,18%	9,54%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,18%	9,54%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	4,01%	3,96%
HCCTR (nominal)	7,65%	7,60%
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	MI 85, segregada por sexo	MI 85, segregada por sexo
Entrada de invalidez		Álvaro Vindas
Taxa anual de rotatividade		Não utilizado
Composição familiar	Família efetiva (conforme informações cadastrais)	Família média

22.3.2 – Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais	167.676	141.540
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Déficit/(Superávit) apurado	167.676	141.540
Efeito do teto do ativo	-	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	-	-
Passivo/(ativo) já reconhecido	141.540	
Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício	<u>26.136</u>	

22.3.3 – Reconhecimento dos Custos do Plano no Período

	2018
Resultado do Exercício	
Custo do serviço corrente	1.096
Custo do serviço passado	
a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano	-
b) (Ganhos)/perdas na liquidação (<i>settlement</i>)	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	13.184
Rendimento esperado dos ativos do plano	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-
Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	<u>14.280</u>
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período	
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	
a) Alteração da taxa de desconto em relação ao ano anterior	9.023
b) Aumento do nível de despesas assistenciais do PAS	16.603
c) Experiência da população	(7.504)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	-
Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	<u>18.122</u>
Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado	
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do período anterior em ORA	85.337
(Ganhos)/perdas no período	18.122
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA	<u>103.459</u>
Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido	
Passivo/(ativo) no fim do período anterior	141.540
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	14.280
(Ganhos)/perdas reconhecidas em ORA	18.122
Contribuições do empregador	(6.266)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-
Passivo/(Ativo) no fim do período	<u>167.676</u>

Conforme previsão contida no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), o BRDE reconheceu todos os ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no montante de R\$ (12.991), no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ (27.238), líquido de efeitos tributários. O saldo final, em 31 de dezembro, dos ganhos e perdas atuariais registrados no Patrimônio Líquido, já deduzidos os efeitos tributários, ficou em R\$ (82.222) (2017 - R\$ (69.232).

22.3.4 – Mudança nos Valores Divulgados

	2018
Valor justo dos ativos no fim do período	-
Obrigações Atuariais	
Obrigações atuariais no início do período	141.540
Custo do serviço corrente	1.096
Juros sobre obrigação atuarial:	
a) Despesa de juros sobre a obrigação atuarial	13.507
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(323)
Benefícios pagos no período	(6.266)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	18.122
Obrigações atuariais no fim do período	167.676
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	-

22.3.5 – Fluxo de Caixa

	2018
Fluxo de caixa no período	
Contribuições do empregador	6.266
Contribuições do participante	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	6.266
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-
Fluxo de caixa estimado para o período seguinte	
Contribuições do empregador	8.757
Contribuições do participante	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.757
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-

22.3.6 – Análise de Sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto	
		R\$	%
Taxa de desconto	aumento de 0,5%	(11.140)	(6,64%)
	redução de 0,5%	12.686	7,57%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	6.087	3,63%
	redução de 1 ano	(6.049)	(3,61%)
HCCTR	aumento de 0,5%	12.812	7,64%
	redução de 0,5%	(11.340)	(6,76%)

23. PARTES RELACIONADAS

(a) Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE - No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde se encontra instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720. Desse montante, R\$ 8.000 foram financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a. (Nota 12). As despesas com encargos no exercício encontram-se registradas no resultado do Banco em "Outras Despesas Operacionais" (Nota 21).

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em "Outras Despesas Operacionais".

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em "Despesas de Pessoal".

	Direitos (Obrigações)		Receitas / (Despesas)	
	2019	2018	2019	2018
Compra imóvel agência Curitiba	(10.584)	(10.700)	(581)	(463)
Locação de salas	-	-	(332)	(315)
Ressarcimento de salários	-	-	117	262
Contribuição patronal	-	-	(6.512)	(6.029)
Total de operações com ISBRE	(10.584)	(10.700)	(7.308)	(6.545)

24. CAPITAL REGULAMENTAR

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e 4.193/2013, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 30 de junho.

	2019	2018
Patrimônio de Referência	2.770.586	2.570.151
Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	15.275.041	15.342.891
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	13.969.596	14.120.638
Risco de Mercado - RWA_{MPAD}	4.920	10.548
Risco Operacional - RWA_{OPAD}	1.300.525	1.211.705
Risco taxa de juros da carteira não negociável (R_{BAN})	47.497	52.126
Margem sobre o PR considerando R_{BAN}	1.119.210	907.022
Índice de Basileia	18,14	16,75

25. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O BRDE possui estrutura própria de comitês para o gerenciamento dos seus riscos.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

Risco de Crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito no BRDE é realizado por meio da classificação dos clientes em níveis de risco, utilizados também nos processos de concessão de crédito, bem como pelo monitoramento dos clientes por uma área específica do Banco.

Risco de Mercado: está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações dos mercados de taxas de juros e câmbio dentro e fora do país.

Risco de Liquidez: está relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

A política de risco de mercado e liquidez tem como propósito mitigar possíveis perdas decorrentes das variações de preços de mercado, de moedas e de taxas de juros dos ativos e passivos e de descasamento de fluxos de caixa. Como o BRDE atua basicamente com operações de repasse “casadas” entre a parte ativa e a passiva, esses riscos são reduzidos.

Risco Operacional: o Banco possui estrutura responsável por identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais da instituição.

Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede do Banco.

O BRDE considerou como aceitável a sua exposição aos riscos mencionados acima e não contratou no período operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos.

* * *

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

DIRETORIA

Diretor-Presidente

MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Vice-Presidente, Diretor de Planejamento
e Diretor Financeiro

LUIZ CORRÊA NORONHA

Diretor de Acompanhamento e
Recuperação de Créditos

NEUTO FAUSTO DE CONTO

Diretor de Operações
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Conselheiros:

VALMOR WEIS

PATRÍCIA LOUREIRO ABREU ALVES BARBOSA

WAGNER MARCOS SALAI

RAFFAELE MARSIAJ QUINTO DI CAMELI

THAGO ROCHA MOYSÉS

FABIANO MEASSI

Contador Geral-CRCRS-070.237/O-6

CPF – 899.528.120-00

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA **Período findo em 30/06/2019**

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, tendo suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução do CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004. As informações constantes deste relatório são as requeridas pelas normas supracitadas que estabelecem que o comitê de auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria. E dentre as finalidades, além de outras previstas nas normas em vigor, consta revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente.

ATIVIDADES EXERCIDAS

Durante o 1º semestre de 2019 foram realizadas seis reuniões, onde foram exercidas as seguintes atribuições regulamentares:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Bem como, acompanhou a evolução do atendimento das recomendações da AUDIN pelas áreas gestoras, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

O Comitê de Auditoria não identificou descumprimento das normas, ato ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das demonstrações financeiras. Diante disso, o Comitê de Auditoria, ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do BRDE pertinentes à data-base de 30 de junho de 2019.

V- DEMAIS ASSUNTOS:

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento sobre o Relatório de Administração e Socioambiental referente ao exercício de 2018, recebendo exemplares impressos. Bem como, apreciaram e recomendaram a aprovação para a devida alçada sobre os Regimentos Internos do Comitê de Auditoria – COAUD e do Comitê de Remuneração e Elegibilidade – COREL.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2019.

DAGOBERTO BONFILHO BELTRAME
Coordenador do Comitê de Auditoria

OSNI JOSÉ SCHROEDER
Membro do Comitê de Auditoria

ALLAN JONES DOS SANTOS
Membro do Comitê de Auditoria